

DAISY PUCCINI LEMOS

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ERA UMA VEZ... ATIVIDADES
INTERGERACIONAIS: Uma experiência de estágio no Serviço Social do Comércio –
SESC**

FLORIANÓPOLIS

2004

DAISY PUCCINI LEMOS

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ERA UMA VEZ... ATIVIDADES
INTERGERACIONAIS: Uma experiência de estágio no Serviço Social do Comércio –
SESC**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social do Centro Sócio
Econômico da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.**

Orientadora: Professora Carmem Lúcia da Silva

FLORIANÓPOLIS

2004

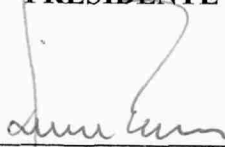
DAISY PUCCINI LEMOS

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ERA UMA VEZ...ATIVIDADES
INTERGERACIONAIS: Uma experiência de estágio no Serviço Social do Comércio -
SESC**

BANCA EXAMINADORA:



**Professora Carmem Lucia da Silva
PRESIDENTE**



**Professora Kátia de Macedo Rebello
Membro**



**Assistente Social Arlei Souza Borges
Membro**

Dedico este trabalho à minha querida família, por ter me dado todos os meios para que pudesse concluir o curso universitário. Amo vocês!

AGRADECIMENTO

Com o objetivo alcançado, manifesto meu agradecimento à todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa jornada, em especial:

- ▶ À Deus, meu Pai Celeste, que me concedeu uma mente analítica para fazer este trabalho e por me guiar sempre.
- ▶ À minha família, pelo estímulo e apoio nos momentos difíceis.
- ▶ Aos meus amigos, que sempre dispostos puseram-se a ouvir os “desabafos”.
- ▶ À minha orientadora, Profª Carmem Lucia, pela atenção e competência.
- ▶ Ao SESC, que me oportunizou o estágio contribuindo para a formação profissional e crescimento pessoal, através das experiências vividas.
- ▶ À querida amiga e supervisora de campo do estágio Arlei, pela paciência e cumplicidade.

“Com o passar dos anos, as árvores tornam-se mais fortes e os rios, mais largos. De igual modo, com a idade, os seres humanos adquirem uma profundidade e amplitude incomensurável de experiência e sabedoria. È por isso que os idosos deveriam ser não só respeitados e reverenciados, mas também utilizados como rico recurso que constituem para a sociedade”.

(Kofi Annan)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender e analisar o processo de trabalho do Serviço Social no Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais, desenvolvido no Serviço Social do Comércio – SESC. O trabalho foi feito a partir de uma pesquisa descritiva, usando como instrumental a Observação Participante. Este projeto tem por finalidade oportunizar a construção do saber e a troca de experiências entre diferentes gerações: idoso e criança/adolescente.

Constatou-se, através deste estudo, que o Projeto Era Uma Vez é uma forma de ação coletiva que possibilita a valorização e maior participação da criança, adolescente e idoso no meio social.

Desta forma, conclui-se que o profissional de Serviço Social, ao atuar juntos às atividades intergeracionais desenvolvidas no Projeto, além de mediar as relações intergeracionais, torna-se um facilitador para a solidificação de uma consciência cidadã por parte das gerações mais novas. Através do diálogo e reflexão quanto a questão da velhice e do envelhecimento é possível de se ter uma sociedade que inclui e valoriza o idoso.

Palavras Chaves: Intergeracionalidade, terceira idade, Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
1 O SESC E O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM GRUPOS.....	11
1.1 Histórico e Caracterização da Instituição.....	11
1.2 O Serviço Social no SESC e o Trabalho com Grupos.....	19
2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENÇÃO À CRIANÇA/ADOLESCENTE E AO IDOSO.....	26
2.1 O Idoso no âmbito das Políticas Sociais.....	27
2.2 A Criança/Adolescente no contexto das políticas Sociais.....	32
3 O PROJETO ERA UMA VEZ... COMO MEIO ÀS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS.....	38
3.1 Origem e Descrição do Projeto.....	38
3.2 O Processo de Trabalho do Serviço Social no Projeto era Uma Vez...Atividades Intergeracionais.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir da experiência de estágio realizada no Serviço Social do Comércio (SESC), em Florianópolis, no período de abril à dezembro de 2003.

Dentre os projetos desenvolvidos no Setor de Grupos, o qual é coordenado por uma assistente social, a opção de inserção no processo do saber profissional deu-se no **Projeto Era Uma Vez...Atividade Intergeracionais**, sendo que é nesta área que se especificará a elaboração deste trabalho.

O trabalho foi feito a partir de uma análise descritiva do Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais bem como do Serviço Social junto ao Projeto. Como principal instrumental usou-se a Observação Participante. Através deste tipo de observação é possível registrar o comportamento “natural” do grupo. Para Pauline V. Young (apud NOGUEIRA, 1975, p.93), este tipo de observação “habilita o investigador a penetrar no pensamento, sentimento e comportamento do grupo. Facilita a familiarização (sensing) e o prepara para apreender a atmosfera social, o cenário social total, as interrelações entre os membros individuais e o grupo como um todo”.

A Intergeracionalidade é um fato que por si só promove a igualdade entre as gerações, e numa perspectiva mais ampla, é potencializadora de transformações sociais, reforço da cidadania, passível de criar meios para a qualidade de vida das crianças, adolescentes e idosos através da participação ativa no meio social. Deste convívio pode-se emergir um relacionamento baseado no diálogo, no respeito e compreensão entre as diferenças etárias. Conforme Salles (1999, p.25), no convívio, a criança oferece a força e a fragilidade da

inocência e espontaneidade, e os idosos, a experiências transformadas em sabedoria e lapidada na memória”.

Desta forma, o Projeto despertou um maior interesse da estagiária e foi considerado relevante para análise, por ser um tema pouco explorado e de intervenção dos profissionais de Serviço Social, com características e abordagens diretamente ligadas às expressões da questão social, como a exclusão, desvalorização do ser humano, preconceito, entre outras.

O trabalho intergeracional traz a oportunidade de exercer a necessidade de se cultivar as relações harmoniosas e produtivas entre as gerações, especialmente para favorecer a dignidade humana, a paz e a justiça social.

O Objetivo geral deste estudo é analisar o Processo de trabalho do Serviço Social junto ao Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais bem como justificar a importância de se trabalhar as relações entre diferentes faixas etárias.

O trabalho se desenvolve em três capítulos, que estão estruturados da seguinte forma: o primeiro, traz o histórico do SESC e suas principais características. Ainda nesta parte é apresentado o trabalho realizado na Instituição com Grupos, e como o Serviço Social se insere nesse processo.

No segundo capítulo é contextualizado o idoso, a Criança e o adolescente no âmbito das Políticas Sociais brasileiras. É necessário conhecer esses segmentos em um aspecto mais amplo para que se possa intervir e abordar questões que se inserem nesta realidade, podendo assim trabalhá-los em uma perspectiva mais abrangente.

O Projeto Era Uma Vez viabiliza uma das formas de garantir os direitos destes segmentos, idoso criança e adolescente, pois oportuniza o exercício da cidadania e cria através da relação entre as gerações, a possibilidade de promoção e preservação da identidade cultural.

O terceiro capítulo traz a origem do Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais e suas peculiaridades. A compreensão e análise do processo de trabalho do Serviço Social no Projeto também se dá nesta etapa.

Para finalizar, será feito algumas considerações e sugestões quanto ao Projeto e os objetivos deste Trabalho.

1 O SESC E O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM GRUPOS

1.1 Histórico e Caracterização da Instituição

Para entender a dinâmica do Serviço Social do Comércio (SESC) bem como seu caráter de atendimento é necessário mencionar inicialmente o histórico da Instituição apontando as principais características, propiciando assim a visualização de suas ações em um contexto mais amplo.

O Serviço Social do Comércio – SESC, instituição de abrangência nacional, foi criado em 13 de setembro de 1946 na cidade do Rio de Janeiro, através da Lei nº 9852, decretada pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra. Esta Lei foi motivada por empresários do comércio e organizações sindicais, que objetivavam subsidiar as necessidades dos funcionários, por meio de serviços sociais direcionados à esta população.

Motivados por um Seminário realizado em maio de 1945 na cidade de Teresópolis (RJ), os representantes da classe produtora discutiam os problemas causados pelo processo de industrialização e quais as possíveis alternativas para “apaziguar e harmonizar” a relação entre o capital e trabalho. Neste processo elaborou-se uma “Carta Social de Paz” evidenciando a importância de proporcionar aos trabalhadores das instituições privadas uma “convivência democrática”, oferecendo melhores condições materiais para si e sua família, através da oferta de serviços. O resultado desse documento foi a criação do Serviço Social do Comércio (SESC), destinado aos trabalhadores do comércio e o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de atender, neste caso específico, os trabalhadores inseridos nas indústrias.

O idealizador do SESC, foi João D'Ault de Oliveira¹, que considerou os problemas de “massa e estrutura”, referindo-se as desigualdades sociais e suas expressões evidentes no país, entendendo a ação do Serviço Social como instrumento de, não apenas amenização das situações pessoais desfavoráveis, mas também de transformação e progresso social. Por isso, em seu quinto ano de existência, o SESC faz uma revisão de suas ações institucionais, dando maior ênfase ao desenvolvimento de ações sócio educativas, priorizando serviços sociais de caso e de grupo e voltando-se na prática para a qualificação de seus recursos humanos.

Durante sua trajetória histórica, o SESC envolveu-se na importante campanha contra o analfabetismo de adultos, elaborada em resposta à proposta pedagógica da União das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura (UNESCO). No fim da década de 1960 a Instituição destinava suas aplicações compulsórias (contribuições de associados à entidade) ao Programa Espacial de Bolsas de Estudo, do Ministério do Trabalho, prestando atendimento aos comerciários sindicalizados, através do custeio de bolsas de estudo.

Nos anos de 1970, a entidade faz algumas alterações em seu Plano Geral de Ações, sendo este substituído pelas Diretrizes Gerais de Ação do SESC, as quais fixam seu campo prioritário de ação ao lazer, a nutrição, a educação e a saúde.

Na década seguinte, o SESC centraliza suas ações na área da saúde e cultura, em que se preocupa com o bem estar físico, mental, cultural e social.

Em meados dos anos de 1990, o SESC agrega às áreas já existentes (cultura, saúde, educação e lazer) a área de Assistência.

O SESC configura-se no atual cenário sócio-econômico do país como

Uma entidade de prestação de serviços, de caráter sócio-educativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida da sua clientela e lhe facilitar os

¹Um dos empresários fundadores do SESC Nacional.

meios para seu aprimoramento cultural e profissional. A face política da Entidade corresponde ao modelo de composição jurídico-privada, organizada e gerida por representantes do empresariado do comércio, destinado à clientela comerciária e a seus dependentes (Ação Finalística, 1997, p. 6).

Para a operacionalização do SESC, são utilizados recursos vindos através de contribuições compulsórias de 1,5 % das empresas devidamente registradas no comércio, baseando-se sobre a folha de pagamento dos trabalhadores. Entende-se por comerciário o empregado que estiver exercendo atividades em empresas ou entidades enquadradas nos planos da Confederação Nacional do Comércio².

São beneficiários titulares do SESC: o comerciário e seus dependentes, os servidores e estagiários do SESC e SENAC³, os empregados de entidades sindicais do comércio e dos comerciários e seus dependentes, em atividade ou aposentados.

Como finalidades, a Instituição busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes; colaborar, no âmbito de suas áreas de ação, para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos (Ação Finalística, 1997).

O SESC tem como objetivos fortalecer, através da ação educativa, propositiva e transformadora, a capacidade dos indivíduos buscarem, por si mesmos, a melhoria de suas condições de vida; oferecer serviços que possam contribuir para o bem-estar de seus usuários, para a melhoria da qualidade de vida e contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural. (Ação Finalística, 1997).

² Representante legal, máxima e legítima do empresariado comercial brasileiro, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) foi fundada em 4 de agosto de 1945 e é reconhecida pelo decreto Leis nº 20.068 de 30 de novembro de 1945.

³ Criado em 10 de janeiro de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC é uma instituição de educação profissional aberta a toda a sociedade, administrada pela CNC.

Possuindo um total de 2.250 unidades, em todos os Estados da Federação, o SESC conta com a seguinte estrutura organizacional:

- Administração Nacional (NA), com jurisdição em todo o país, composta por:
 - Conselho Nacional (CN) – órgão deliberativo;
 - Departamento Nacional (DN), órgão executivo;
 - Conselho Fiscal (CF), órgão de fiscalização financeira;
- Administração de Regionais (Ars), com jurisdição nas bases territoriais correspondentes, e que se compõem de:
 - Conselho Regional (CR), órgão deliberativo;
 - Departamento Regional (DR), órgão executivo.

Para melhor desenvolver suas ações, o SESC, reconhecendo que é necessário o bem-estar físico, mental e social para que o indivíduo se desenvolva e tenha uma qualidade de vida, atua em cinco áreas: Saúde, Educação, Assistência, Cultura e Lazer, conforme já evidenciado, porém neste momento irá ser detalhado com mais rigor.

Esses programas são de âmbito nacional, portanto são incorporados em cada Departamento Regional. Desta forma, esses Departamentos Regionais estão subordinados ao Departamento Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Porém possuem certa autonomia para desenvolver projetos e atividades conforme a realidade local, desde que sigam as referidas áreas estabelecidas pelo Departamento Nacional.

O trabalho na área da **Saúde** se desenvolve através de um conjunto de ações coordenadas no campos de nutrição, odontologia, e atividades voltadas para a difusão de conhecimentos e para a criação de hábitos que contribuam para a conquista da saúde em seu sentido mais amplo. Entre essas estão: *Lanches e merendas Padronizados*, que são oferecidos

às crianças que freqüentam a educação infantil e habilidades de estudos do SESC, além de refeições destinadas aos comerciários e usuários, cujo cardápio é elaborado por nutricionistas; *Assistência Odontológica*, em que são elaboradas campanhas de prevenção quanto aos cuidados com a higiene bucal, além de trabalhos curativos oferecidos ao comerciário e seus dependentes; *Educação para Saúde*, atividades que estão voltadas para a realização de palestras e seminários, levando a conscientização da saúde bucal a todos; e *Assistência médica*, que acontece por meio de trabalhos curativos e de prevenção para a comunidade. A Assistência médica tem como principais ações a realização de consultas e exames, para a liberação ou não de atestados de saúde para que as pessoas possam usufruir das piscinas das Colônias de Férias.

O campo da **Educação**, como sendo uma prioridade nacional, intensifica sua atuação na educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, cursos supletivos, cursos de atualização de conhecimentos, capacitação de professores, mostras e exposições de divulgação científica e cultural. Segundo as normas contidas no documento da instituição, especialmente na Ação Finalística (1997), educar é a missão histórica do SESC, como caminho essencial para levar o trabalhador do comércio de bens e serviços e seus familiares a uma melhor qualidade de vida.

Na área do **Lazer**, as atividades destinam-se à recuperação física e psíquica, dos desgastes que as pessoas sofrem nas relações do trabalho, da família e dos grupos sociais de que fazem parte. Por esta razão, a instituição procurou, ao longo das últimas décadas, dotar suas unidades operacionais de equipamentos e espaços adequados ao lazer, podendo assim atender um grande número de pessoas em todo o país. As principais atividades nesta área são: *A Hora do Recreio*, cujas ações destinam-se à recreação para os usuários em geral, através de

brincadeiras, atividades lúdicas, entre outras; *Viajando pelo Brasil*, ações voltadas para o turismo, que possibilita oportunidades para que as pessoas conheçam o Brasil através de passeios e excursões.

A Instituição possui uma rede hoteleira própria, com mais de quatro mil acomodações, que se encontram em diversas cidades brasileiras. O SESC também promove, em todo o Brasil, programas de turismo voltados para a conservação do meio ambiente. Atrações, como trilhas ecológicas e programações ambientais educativas, são desenvolvidas em diversos estados. Conta também com duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no Pantanal de Mato Grosso e na Serra de Tepequém, em Roraima; e o *Projeto Vida Saudável*, no qual são proporcionados espaços para a prática desportiva como forma lazer.

No campo da **Assistência**, o SESC tem como objetivo desenvolver ações que contribuam para a valorização do ser humano e a sua integração na sociedade. A Instituição também participa ativamente, através das unidades fixas e móveis, de ações comunitárias, realizadas em conjunto com as comunidades que possibilitam sua integração e participação na sociedade. Eventos como feiras, seminários e palestras educativas são as ações que mais se destacam.

O trabalho com Grupos também é uma das ações dessa área, cujo objetivo é promover e incentivar a formação de grupos focalizando a criança, o jovem, o adulto e o idoso. No próximo subtítulo será abordado com mais detalhes sobre essa atividade.

Um dos projetos mais recentes implantados na área da Assistência é o *Mesa Brasil*. O programa tem por objetivo atender simultaneamente dois graves problemas brasileiros: o desperdício de alimentos e a fome. A entidade serve de ponte entre empresas que têm alimentos que desejam doar e instituições sociais que precisam desses alimentos para atender aqueles que necessitam.

O *Mesa Brasil SESC* abrange todo o país, com dois modelos de atuação: Banco de Alimentos e Colheita Urbana. O primeiro dispõe de uma área de estocagem e funciona como centro de recolhimento e distribuição de alimentos, prioritariamente não-perecíveis; o segundo trabalha com a coleta diária de alimentos frescos, encaminhando-os às instituições sociais. O Projeto tem caráter permanente, e não faz apenas transporte de alimentos para combater emergencialmente a fome, colabora também com infra-estrutura para a inclusão nutricional e social, com a difusão de conhecimentos e promoção da cidadania. As campanhas, do SESC ou dos parceiros, são associadas ao trabalho sistemático contra a fome através do combate ao desperdício.

O trabalho na área da **Cultura** se dá através das linguagens artísticas como o teatro, música, artes plásticas, literatura e cinema, que são os meios pelos quais o SESC utiliza para o alcance de seus objetivos. Para a Instituição, as atividades e ações culturais são indispensáveis para a produção de conhecimentos que contribuam para a solução dos graves problemas que comprometem o desenvolvimento do Brasil, como a desigualdade, a falta de oportunidades, e a baixa escolaridade.

Procurando colaborar com o desenvolvimento sócio cultural do país, o SESC busca atuar tanto nos grandes centros como nas comunidades mais distantes. Adaptados às necessidades e particularidades de cada região, os núcleos do SESC são formados por escolas, teatros, gabinetes odontológicos, ginásio de esportes, cinemas e centros culturais. Conta ainda com unidades móveis como as carretas da Odonto-SESC, em que os profissionais da área circulam pelo Brasil desde 1999, oferecendo saúde bucal a milhares de pessoas em pequenas cidades e na periferia das capitais. Extrapolando o atendimento clínico, o projeto enfatiza, também, a capacitação dos recursos humanos locais, com vistas a garantir a disseminação das

informações sobre saúde bucal. O foco é a difusão de ações de prevenção, reduzindo a instalação de doenças dessa natureza nas populações assistidas.

Outro projeto inovador da instituição é a criação dos Centros Educativos SESC-Ler, cuja finalidade é implementar um processo educativo integrado para jovens e adultos não escolarizados, respeitando a diversidade local. A implementação desse projeto acontece nas comunidades mais carentes e isoladas dos estados brasileiros. O raio de abrangência dos Centros Educacionais pode ser ampliado mediante a utilização de outros espaços complementares cedidos por entidades, sejam elas governamentais ou não, que estejam dispostas a estabelecer parcerias. Nesse caso, o SESC se responsabiliza pela contratação dos profissionais, seu treinamento e o fornecimento de material didático, além de supervisão pedagógica e apoio à divulgação.

Em Santa Catarina o SESC foi fundado em 29 de setembro de 1948, na cidade de Florianópolis, por Charles Edgar Moritz⁴, e a partir de 1959 foram sendo implantadas outras unidades no Estado.

A missão do SESC/SC consiste em investir em ações de excelência nas áreas de saúde, cultura, educação, assistência e lazer, mantendo o caráter social e educativo para a melhoria na qualidade de vida, preferencialmente da família comerciária⁵.

A declaração de valores do SESC/SC se caracteriza como “respeito e valorização do ser humano; ética; estímulo à criatividade; ações inovadoras; comprometimento com o cliente; conscientização para a preservação do meio ambiente; sensibilidade; integração com a comunidade; transparência nas ações”⁶.

⁴ Empresário e também presidente do SENAC de Florianópolis no mesmo período.

⁵ SESC, Boletim Informativo nº2. Relatório Anual/SC, sem página, Florianópolis; maio/1999.

⁶ Ibidem.

Atualmente a entidade realiza aproximadamente 11 milhões de atendimentos anuais em Santa Catarina através de dezessete centros de atividades, duas colônias de Férias e uma Pousada Rural.⁷

A Gerência no Centro de Atividades de Florianópolis (CAF), sob orientação do Departamento Regional, supervisiona e dirige os seguintes setores⁸: Setor Administrativo, Central de Atendimentos, Setor de Grupos, Setor de Educação, Setor Odontológico, Setor de Esportes, Setor de Divulgação, Biblioteca, Setor de Cultura, Setor de Educação para a Saúde e Setor de Turismo.

Será abordado a seguir, as especificidades do Setor de Grupos, visto que é nele que está o trabalho direto do assistente social do CAF. A ação do SESC junto aos grupos de terceira Idade tem se destacado ao longo dos anos não apenas por ter sido a Instituição pioneira a dar ênfase a esse trabalho com os idosos, mas por estar sempre inovando suas ações frente à esse segmento.

1.2 O Serviço Social no SESC e o Trabalho com Grupos

Com o objetivo de atender as necessidades em comum que apontavam os aposentados da instituição, o SESC propôs um trabalho que os reunisse, e assim pudessem conversar, trocar idéias e compartilhar seus anseios dos quais estavam vivendo naquele período. Surge daí a primeira experiência na formação de um grupo de convivência de idosos no Brasil,

⁷ Centros de Atividades: Blumenau, Brusque, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis (unidade da Prainha e do Estreito), Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Rio do Sul, Tubarão, Xanxerê, Canoinhas e Caçador; Pousada Rural: Lages; Colônias de Férias: Florianópolis (Cacupé) e Blumenau.

⁸ Faz-se a explanação somente da estrutura organizacional do CAF, devido ao campo de atuação de estágio ter se realizado nesse local.

ocorrido no SESC/Carmo, localizado em São Paulo, no ano de 1963. “Oferecia atividades organizadas de tal forma que tornassem as pessoas ativas, ocupadas com algo que viesse ao encontro de suas necessidades de conviver, de estar com outras pessoas, trocar sentimentos e experiências” (SALGADO, 1980, p.27). Também após o I Seminário Nacional sobre o Idoso, ocorrido em 1976, surgiram propostas e iniciativas semelhantes às do SESC, mas foi somente em 1980 que se expandiram no Brasil, com maior número os grupos de idosos.

No cenário atual são atendidos cerca de 100 mil idosos, distribuídos nas diversas unidades da Instituição no Brasil.

As ações do Serviço Social atualmente enquadram-se no campo da Assistência, e um dos principais objetivos de seu trabalho é promover e incentivar a formação de grupos de ação sociais, focalizando a criança, o jovem, o adulto e o idoso.

Por intermédio da participação em grupos, os indivíduos desenvolvem suas potencialidades e satisfazem diversas necessidades que quando sozinhos não são capazes de suprir. Segundo Torres (1985), o indivíduo só se torna humano a partir das relações sociais. Desde que nascemos já estamos inseridos em um grupo, seja na família, na escola ou com os amigos. Para Rabelo (1998, p. 19),

Todas as pessoas tem um potencial que é constituído e desenvolvido nas suas relações com o mundo. Todos nós temos um relato, um sentimento, uma recordação, que podemos compartilhar com o outro, favorecendo a troca de experiências e dando a ela novos significados, o que nos enriquece mutuamente.

A partir do convívio com as pessoas é que se possibilita o crescimento e aprendizado do ser humano. Esse relacionamento com o outro é o elemento central que justifica a formação de grupos.

Considerada uma Instituição pioneira no Brasil no trabalho com idosos, o SESC vem ampliando cada vez mais suas ações junto a esse segmento da sociedade. O fenômeno do

envelhecimento populacional é global e tem sido enfoque das políticas sociais nos últimos anos.

Analisando essa realidade, a Instituição buscou contribuir também para a melhoria na qualidade de vida dos idosos. No ano de 1999, Ano Internacional do Idoso, declarado assim pelas Nações Unidas, o SESC Santa Catarina, buscando garantir o reconhecimento de seu trabalho junto à esse segmento, implanta o Programa Terceira Idade. Este tem por objetivo valorizar e estimular a participação efetiva, em que o idoso socialize seus conhecimentos e esteja em constante aprendizado. Desta forma, as ações realizadas com os idosos em todas as unidades operacionais de Santa Catarina se efetivam através desse programa, porém os projetos e atividades inseridos no mesmo são adequados conforme a realidade de cada região.

O Programa Terceira Idade é desenvolvido no Centro de Atividades de Florianópolis (CAF) através de três núcleos: Núcleo de Vivência, Núcleo de Motivação à Vida e o Núcleo de Estudos e Atualização. Possuem as seguintes características:

Núcleo de Vivência: trabalho com as relações interpessoais através de ações diversificadas, sendo que constituem este núcleo:

- *Grupos de Convivência:* O objetivo nesses grupos é proporcionar ao idoso sua valorização, prevenindo-o da exclusão social através do contato social. As reuniões ocorrem a quinzenalmente, no “Centro de Convivência”, espaço localizado nas dependências do SESC⁹, destinado à realização de atividades para os idosos, como as reuniões de grupo, festas, palestras, jogos recreativos, dentre outros.

- *Projeto Era Uma Vez:* atividades intergeracionais que permite a convivência e troca de experiências entre diferentes gerações. Sendo que será nesse Projeto a análise deste trabalho que será abordado posteriormente com mais propriedade.

Núcleo de Motivação à Vida: propicia condições para que o idoso sinta-se valorizado descobrindo e redescobrando hábitos e habilidades. Estão presentes nesse núcleo:

- *Grupo de Pacientes:* realizado em parceria com o Hospital de Caridade, tem o objetivo de proporcionar ao paciente oncológico um espaço de descontração e melhoria da auto-estima.
- *Grupo de Apoio:* possibilita a participação de idosos monitores em eventos desenvolvidos pelo SESC/Florianópolis, tais como palestras, SESC –Saúde e outras atividades.

Núcleo de Estudos e Atualização: baseia-se em reflexões, debates e vivências específico para essa faixa etária. Estão presentes no núcleo:

- *Grupati (Grupo de Estudos e Atualização da Terceira Idade):* oferece aos participantes a oportunidade de novos conhecimentos proporcionando através da troca de informações, um novo aprendizado.
- *Encontro Marcado:* encontros mensais com idosos, através de palestras, abordando temas referentes ao processo de envelhecimento e questões do cotidiano.

Atualmente, são atendidos no CAF aproximadamente trezentos e setenta idosos. Ao participarem dos Grupos são matriculados como comerciários, dependentes de comerciário ou usuários (idosos das comunidades em geral), sendo que para cada categoria é cobrada uma determinada taxa de participação¹⁰.

Para promover e desenvolver algumas atividades como seminários, atividades culturais, e outros eventos para a terceira Idade, o SESC, através do Setor de Grupos da

⁹ Endereço: Travessa Syriaco Atherino, 100 – Prainha, Florianópolis/SC.

¹⁰ As taxas, a partir do segundo semestre de 2004 foram isentas.

Instituição conta com a parceria de diversas entidades, como, Prefeitura, mídia e instituições privadas.

Este fato acontece devido à importância que se dá ao enfrentamento da questão do idoso em rede, ou seja, com todos os órgãos e entidades ligados direta ou indiretamente à essa temática. É evidente que quando se trabalha em conjunto, as possibilidades de alcançar os objetivos tornam-se maiores e mais eficazes. Para Fazenda (1999), a integração de diferentes ciências não garante sua perfeita execução, mas surge a possibilidade de enriquecer e ultrapassar a interação dos elementos do conhecimento.

É frente essa demanda que o Serviço Social desenvolve suas ações no CAF. Os grupos tornam-se o canal direto do fazer profissional na Instituição. O setor de Grupos, no qual o assistente social é o técnico responsável, atualmente conta com uma assistente social e dois estagiários de serviço social. O trabalho com grupos, segundo Konopka (1977, p. 38)

É um método do Serviço Social, que ajuda os indivíduos a melhorarem a sua atuação social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade.

A intervenção do Serviço Social no grupo auxilia os membros na operacionalização dos trabalhos propostos bem como a oportunidade dos integrantes refletirem seus problemas e a encontrarem alternativas para possíveis soluções. A ação do profissional se dá através de um processo educativo, que permite aos participantes desenvolverem-se emocional como intelectualmente.

Visto a importância e a especificidade do Serviço Social no trabalho com grupos, é necessário que o profissional tenha clareza dos seus objetivos em relação a cada grupo trabalhado bem como sua intervenção nesse processo. É através do seu conhecimento teórico metodológico, do conhecimento das políticas sociais referentes à esse segmento da sociedade,

do estudo quanto ao trabalho com grupos e da própria prática que o profissional vai analisar e planejar suas ações para atender as necessidades conforme a realidade de seus usuários.

O trabalho do Serviço Social bem como sua intervenção nos grupos, segundo Balbina (1978, p. 5), “tem como objetivos ajudar o grupo como um todo, a atingir seus próprios objetivos e desenvolver nessa experiência sua consciência social cooperando com outros grupos na comunidade”.

Grande parcela da população idosa hoje vive um constrangimento de sentir-se excluído da sociedade, seja na família, na comunidade ou qualquer que seja o meio em que vivem. Um dos maiores motivos é o fato de não estarem mais no mercado de trabalho, “produzindo”. Na sociedade capitalista em que se vive, sabe-se que tudo gira em torno da lógica do mercado. Aqueles que não estão introduzidos nesse contexto são excluídos. Sobre essa análise, Salgado (1992) coloca que a exclusão social da velhice é a face anônima e, certamente, a mais silenciosa e cruel consequência do envelhecimento vivido nas atuais condições de produção e organização econômica.

Frente a essa realidade, é que também se encontram aqueles idosos que procuram engajar-se através da participação ativa em movimentos e grupos de idosos, os quais tem se tornado porta-vozes das necessidades e aspirações desse segmento.

Desta forma, pode-se perceber e compreender que a ação coletiva dos grupos se mostra como um projeto alternativo e em construção diante das várias crises da sociedade contemporânea. As instituições e organizações que trabalham frente essas temáticas desempenham uma função importante, promovendo interesses comuns dos indivíduos que formam os grupos. As parceria com instituições governamentais e não governamentais, a luta contra a exclusão social na velhice vem tomado consideráveis posições no cenário atual do Brasil.

Tendo como objeto de análise deste Trabalho o Projeto Era Uma Vez, é necessário que se entenda o contexto em que estão inseridos os segmentos que fazem parte do mesmo, ou seja, problematizar a criança/adolescente e o idoso junto às Políticas Sociais. Esta análise será fomentada no capítulo a seguir.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENÇÃO À CRIANÇA/ADOLESCENTE E AO IDOSO

Segundo Demo (1978, p.52), entende-se por Política Social “o funcionamento de instituições, mecanismos ou programas destinados a reduzir as desigualdades sociais ou atender grupos populacionais considerados socialmente problemáticos”.

A intervenção do Estado na assistência social através das políticas sociais no Brasil, teve início na década de 1930, em que os conflitos entre a classe proletária e burguesa foram se agravando no cenário do país. Conforme diz Montañó (1996, p.104-5),

Esses conflitos são causados pelo aumento do desemprego, condições precárias de trabalho e queda de salários, levando a classe operária a se organizar, principalmente através de seus sindicatos, transformando em fortes instrumentos de luta. Esse fato ocorre na passagem do capitalismo competitivo para a fase monopolista, e incentiva a classe dominante a levar as lutas de classe para a esfera política estatal. Assim o Estado começa a intervir na questão assistencial, instituindo as Políticas sociais no Brasil, como uma forma de legitimar e consolidar a hegemonia da classe dominante e diminuir os conflitos entre as classes.

Até 1930, o enfrentamento das questões sociais no Brasil era realizado por órgãos ligados à igrejas e pela própria solidariedade da sociedade civil. O Estado colocava-se apenas como agente de apoio e fiscalizador nessa questão.

O surgimento das políticas sociais representou um grande avanço para a sociedade brasileira, mesmo essas sendo tão deficitárias. Desta forma, o contexto do idoso e da criança/adolescente no âmbito dessas políticas também trouxe importantes conquistas e possibilidades.

2.1 O Idoso no âmbito das Políticas Sociais

As políticas voltadas aos idosos foram sendo criadas a passos lentos na história do país. No período colonial, a única lei que beneficiava os idosos era a Cotejipe ou dos “Sexagenários”, de 1885, em que declarava livre os escravos com mais de 65 anos de idade, mediante indenização paga aos proprietários.

O surgimento das políticas sociais representou um grande avanço para a sociedade brasileira. Através dessas políticas, seja na área da educação, saúde, assistência, entre outras que foram criadas ao longo dos anos, o Estado assume suas responsabilidades para com o cumprimento das mesmas, embora saibamos que elas passam a ser abordadas sob perspectivas teóricas e práticas divergentes, pois em muitas situações elas não se tornam efetivas.

Esse processo iniciou-se com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1943, hoje já extinta, que tinha como objetivo apoiar as famílias dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Anos depois, também prestava assistência à crianças e mães carentes, e passou a arrecadar fundos para a manutenção de instituições beneficentes com auxílio financeiro, manutenção de creches e orfanatos, orientação maternal, amparo e apoio à família.

Em 1970, a LBA foi transformada em fundação e deu início à descentralização de seus programas que então passaram a ser executados também por entidades filantrópicas, através de convênios. Em 1974, com a fundação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a LBA ganha o estatuto de órgão governamental. Também foram incorporados ao MPAS, o Fundo Nacional do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Programa de Atendimento ao Idoso e ao Excepcional.

A preocupação com a questão do idoso no Brasil começou a se revelar na década de 1960. Nesta época é criada a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia em 1961, e também o primeiro grupo de aposentados do Serviço Social do Comércio, em 1963.

Na década de 1970 surgem as primeiras ações governamentais específicas para esse segmento da sociedade. Vale ressaltar que o crescimento da população idosa era o que vinha despertando e exigindo a criação de programas e políticas sociais.

Conforme relata Salgado (1980, p.7),

Segundo estudos da Organização das Nações Unidas, a população mundial de idosos em números absolutos tem sofrido o seguinte progresso: em 1950 existia uma população de 214 milhões de idosos, em 1975 esse numero se elevou a 350 milhões, que atingirão a 600 milhões no ano de 2000 e 1 bilhão e 100 milhões no ano de 2050, quando o total da população mundial será de 8 bilhões e 200 milhões.

Muitas mobilizações foram realizadas nessa perspectiva, o que resultou na implantação do Programa de Assistência ao Idoso (PAI) no âmbito nacional, por determinação do MPAS.

Mais tarde, o PAI foi assumido pela fundação LBA, o qual abordava aspectos curativos e preventivos. Desta forma a Legião Brasileira de Assistência passou a ser o órgão responsável por todas as Políticas Sociais voltadas ao idoso.

Associada à mudança da imagem da velhice, surge no contexto uma nova expressão proveniente da Europa, chamada “terceira idade”. Essa denominação é originaria da França, como consequência da política de integração à velhice, criada em 1962, a qual visava a modificação político administrativa, bem como a transformação da imagem das pessoas velhas. Segundo Barros (Apud Fundação Getulio Vargas, 1998), a expressão surgiu com a necessidade de criar um novo vocábulo, para designar mais respeitosa a representação dos jovens aposentados franceses, sendo que a maioria não possuía pensão nem salário. A autora referida ainda coloca que se chamava de velhos ou velhotes, os indivíduos que não

detinham status social, enquanto que aqueles que possuíam eram em geral chamados de idosos. A expressão “terceira idade” não é uma simples substituição do termo velhice, mas o sinônimo de um envelhecimento ativo ou independente. Designa-se uma nova fase do ciclo de vida, entre aposentados e velhice. Nessa perspectiva, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades, sob o signo de dinamismo.

Para Fraiman (1991, p.25-26), a velhice pode ser explicada sob quatro prismas:

I - Idade cronológica: é uma medida abstrata embora objetivamente mensurável; é a que menos caracteriza condições individuais. É demarcada pelos diferentes calendários existentes no mundo;

II - Idade biológica: aquela que corresponde a idade das artérias. Para cada pessoas existe uma diferenciação neste processo do meio social em que vive poderá definir a qualidade da velhice. Além disso há o fato de que num mesmo organismo alguns órgãos envelhecem antes que outros;

III - Idade existencial: é aquela vinculada a maturidade da vida, é a que contempla a somática das experiências pessoais de relacionamentos, da riqueza vivenciada e acumulada ao longo dos anos. Todavia é a que menos considerada em termos políticos, sócio-econômicos e administrativos;

IV - Idade social: é determinada por regras e expectativas sociais e categoriza as pessoas em termos de seus direitos como cidadãos, atribuindo tarefas a serem desempenhadas como criança, adolescentes, adulto e idoso.

O termo terceira idade, popularizou-se no vocabulário brasileiro com as chamadas Universidades da terceira idade. O surgimento dessas também se deu primeiramente na

França, em 1973. Após esse período, logo se expandiu esse modelo de universidades, como no Brasil, que hoje chegam a inúmeros cursos em funcionamento.

Muitas questões relacionadas aos idosos começam a ficar nítidas e as expressões dessa questão revelam-se em outras dimensões. Considera-se a família, o lugar ideal para que o idoso permaneça, por exemplo, mas não se leva em consideração que ela vem sofrendo profundas modificações, principalmente nos centros urbanos, exigindo assim uma nova concepção de abordagem.

Desta forma, surge a necessidade e apoio de instituições sociais que propiciem o desenvolvimento sócio-emocional do idoso, proporcionando-lhe uma relação mais positiva com outras faixas etárias, com a família e a sociedade como um todo.

Porém, é somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que se legitima as medidas que visam a qualidade de vida e garantia de direitos aos idosos em um sentido mais amplo. Como constam em seus artigos,

Art. 229: Os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230: A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Embora a Constituição tivesse trazido algumas garantias para esse segmento da sociedade, a luta para a implementação de uma Lei mais efetiva tornava-se cada vez mais evidente.

Desta forma, o governo Federal estabelece no país, em 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência (LOAS), cujo objetivo é proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; tendo como principio o respeito à dignidade do cidadão. A LOAS ultrapassa a prática assistencialista, garantindo direitos do cidadão e deveres do Estado para com ele.

Através de mobilizações da sociedade civil e de órgãos governamentais, o Ministério da Previdência e Assistência Social implementa políticas para que os idosos tivessem seus direitos garantidos. No dia 04 de janeiro de 1994, foi aprovada a Lei federal nº 8842, que dispõe da Política Nacional do Idoso (PNI), cujo objetivo é assegurar os direitos sociais dos idosos, promovendo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em seu contexto a PNI sugere competências para órgãos e entidades públicas nas áreas da assistência social, saúde, trabalho, habitação e urbanismos, justiça, cultura, educação e lazer.

No artigo 2º da referida Lei, considera-se o idoso a pessoa maior de sessenta anos de idade. E quanto aos princípios da mesma, dispõe o artigo 3º que:

- I – a família, a sociedade e o Estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos a cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida;
- II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV – O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V – as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e urbano do Brasil deverão ser observados pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

A mais recente conquista da sociedade, principalmente das organizações e da população idosa, foi a aprovação da Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe do Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Em seu artigo 10º assegura que “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas Leis”.

Embora existam leis que garantam uma vida digna para os idosos, esses ainda hoje, são vitimados por comportamentos discriminatórios por parte daqueles que não entendem a

velhice como uma etapa natural da vida de todos os seres humanos e que deve ser vivida em plenas condições de cidadania e garantia de direitos.

Com a leitura e reflexão das ações necessárias para garantir os direitos previstos nas políticas ligadas ao idoso e à criança e ao adolescente, o SESC buscou oferecer alternativas para o cumprimento do mesmo. Conforme consta na Política Nacional do Idoso em seu artigo 4º, é garantida “a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações”.

Numa sociedade capitalista e consumista, num mundo globalizado¹¹ em que vivemos, muitas pessoas pensam o idoso na lógica econômica, como aquele que se aposenta e pára de produzir, e então passa a ser visto como um “fardo” que a sociedade tem que carregar. É possível que essa idéia provoque nos próprios idosos uma sensação de inutilidade, o que causa sofrimento e até mesmo o desinteresse pela vida. Se já se tem a experiência do desencanto pela vida, é preciso ter a esperança de que a valorização da pessoa idosa é possível. É nesse sentido que se dá a importância de trabalhar as relações intergeracionais, como proposta para construção de uma consciência que valorize o idoso como ator social, participante dos processos que regem uma sociedade.

2.2 A criança/Adolescente no contexto das políticas sociais

O desenvolvimento das políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente foi construído ao longo dos séculos em meio às diversas facetas de uma sociedade capitalista, e mostra em sua trajetória muitos efeitos perversos que persistem até hoje.

¹¹ Entende-se por globalização as “relações, processos e estruturas sociais, econômicas e políticas, ainda que de modo desigual e contraditório” (Ianni, 1992, p.39).

Os primeiros sinais de preocupação do Estado com a infância se deu através do atendimento aos “menores desvalidos”, que representavam as crianças oriundas de famílias empobrecidas e crianças abandonadas vivendo em situação de rua. Com o intuito de “educar ou recuperar” o *menor*¹², cria-se em 1885 o Asilo de Menores Desvalidos, na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida também surgem outros institutos, reformatórios e escolas premonitórias e correcionais. A preocupação do Governo era manter a ordem pública, retirando essas crianças da rua, que em sua maioria possuíam hábitos de furto como estratégia de sobrevivência. Esse retrato mostra que a infância assim como outras expressões da questão social eram tratadas como caso de polícia, sob medidas coercitivas e vexatórias.

As entidades assistenciais de atendimento a esse segmento da sociedade eram em maior parte ligadas à igrejas e tinham o objetivo de fortalecer os valores morais dessas crianças e adolescentes e suas famílias.

Em 1924, através da luta de juristas da época, é criado um juízo específico para os então chamados de *menores*, denominado como Juizado de Menores. Em 1927 entra em vigor o primeiro instrumental legal de orientação da política de “assistência ao *menor*”, o Código de Menores. Esse regulamenta a obrigação do Estado em assistir o *menor*, que pela situação de extrema pobreza, se torna dependente da “ajuda” do poder público. A atenção dada à criança e ao adolescente tinha um caráter corretivo e focalista, já que esses eram encarados como uma ameaça social, estando em tal situação por incompetência da família, e não por uma desestrutura sócio-econômica caracterizada pela desigualdade e exclusão social. Segundo Rizzini (1995), neste período prevalece uma justiça assistencialista.

¹² A palavra Menor, desde 1920 até nos dias de hoje, mesmo havendo críticas e problematizações acerca desta categorização, era usada para designar a condição civil e jurídica da criança, como menor abandonado, delinqüente, entre outros. E esse fato faz com que a criança seja rotulada e por consequência vítima de preconceito e discriminação.

No início da década de 1940, o Governo Federal implanta outras políticas voltadas para a proteção e “assistência do *menor*”, que se davam através de alguns órgãos:

- Serviço de Assistência ao Menor (SAM), responsável pela orientação dos serviços de assistência aos menores desvalidos internados em estabelecimentos públicos e particulares.
- Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era de socorrer as famílias dos brasileiros convocados para a guerra, sendo que alguns anos depois, suas ações também se voltaram para a assistência à maternidade e infância.
- Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação de ações dirigidas à criança e à família.

Somente em 1964 que o Governo Militar, através da Lei 4.513, introduz uma política voltada pra à criança e o adolescente, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. E para implementar e formular orientações desta política de atendimento elaborada com base na ideologia da segurança nacional é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que se constituía em um órgão normativo federal que se desmembrava nos Estados em órgãos executores com a denominação de Fundação Estadual do Bem-Estar do menor (FEBEM).

Neste período, o atendimento de caráter correcional e repressivo passa a ter um enfoque mais assistencialista, o marginalizado é visto como um ser repleto de carências e o menino de classe média é tomado como “padrão de normalidade” e modelo a ser alcançado. Porém as ações repressivas também são muito evidentes nessa fase e o conceito de *menor* ainda se mantém.

Promulgado pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 surge um novo Código de *Menores*, cuja finalidade era de proteger a criança na linha do confinamento e do controle. Esse Código define a criança/adolescente como *menor* em situação irregular, a prática de infração penal, desvio de conduta, falta de representação legal e de assistência.

Na década de 1970, muitas pesquisas são realizadas sobre essa questão de internação de crianças e adolescentes em instituições, o que veio a publicar muitas situações irregulares desses locais e o caráter coercitivo que se tinha.

Com essas publicações cada vez mais evidentes, os representantes de entidades governamentais e não governamentais começam a questionar a forma minimalista em que se encontrava a política de atendimento à criança e adolescente, e muitas manifestações populares acontecem. Um dos principais movimentos ocorre em 1984, em torno das eleições *Diretas Já*.

Novos programas surgem com o intuito de transformar esse cenário das políticas sociais voltadas a esse segmento. Destacam-se a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e a Comissão Nacional Criança e Constituinte.

Um grande espaço político de organização e participação da população frente às questões da criança é a Igreja Católica. O trabalho das pastorais tornam-se muito sólidos nas comunidades, o que acarretou numa maior mobilização da população. Ações como reuniões com líderes comunitários, visitas domiciliares levando informações e trabalhando com a prevenção tanto de doenças como da violência, são as mais evidentes.

A Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações comunitárias em todo o mundo a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança,

desde o ventre materno até os seis anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades.

A década de 1980 desperta uma nova necessidade com relação ao atendimento voltado às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Tornava-se cada vez mais evidente a realidade em que viviam essas crianças/adolescentes, ou seja, em condição de miserabilidade.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) promove em 1987 o I encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, com o objetivo de pressionar os constituintes a garantir os direitos dessa categoria. A discussão sobre os direitos sociais, mobiliza a sociedade civil e isso acarreta na conquista da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que assegurava os direitos das crianças e adolescentes, como mostra no artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à crianças e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em 1989, o MNMNR realiza o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e pressiona o Congresso a aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente, legitimando o que estava disposto na Carta Constitucional, a fim de garantir todos os direitos e necessidades de uma criança e adolescente.

Em 1990, o então Estatuto é promulgado através da Lei 8.069 em 13 de julho, e a partir desse estatuto o Código de Menores é revogado juntamente com a FUNABEM, abrindo assim espaços para a construção de novas políticas e conceitos quanto à esse segmento da sociedade.

O estatuto reorganiza o campo das políticas públicas, substitui as práticas assistencialistas e repressivas por uma proposta sócio-educativa, baseada no conceito da cidadania; cria Conselhos de Direitos nas três esferas governamentais os quais asseguram a participação da sociedade civil nas propostas e decisões frente às questões ligadas as crianças e adolescentes. Esses Conselhos se organizam de forma descentralizada, paritária e representativa, buscando garantir assim um espaço democrático.

A reflexão quanto às questões sociais ligadas à criança e adolescentes na realidade do país torna-se uma tarefa necessária nesta fase de novas configurações e reformulações dessas políticas. Isso representa uma mudança de paradigma em relação à consolidação das políticas como mecanismo de viabilização dos direitos sociais. Conforme nos diz Sposati (1994, p. 32), “Para que as necessidades da criança e do adolescente sejam de fato incorporadas como políticas públicas, é necessário que tanto o governo como a sociedade civil construa uma pauta de inclusão dessas necessidades”.

As crianças e adolescentes, com a implantação do ECA também se tornam sujeitos de direitos, devendo ser entendidos no contexto das relações sociais. O Estatuto propõe maior proteção à esse segmento e formas de participação no desenvolvimento da sociedade.

Embora o olhar para o conceito de criança/adolescente ainda esteja direcionado muitas vezes às definições anteriores, é necessário trabalhar na perspectiva de redirecionar e resignificar estes espaços, sob a alegação da efetivação dos direitos deste população reconhecidamente em processo de desenvolvimento.

A seguir falar-se-á sobre a criação e implantação do projeto Era uma vez, como uma proposta de integração entre a criança e o idoso, proporcionando-lhes a oportunidade de convívio e construção de cidadania bem como o cumprimento dos direitos assegurados à esses segmentos.

3 O PROJETO ERA UMA VEZ... COMO MEIO ÀS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

3.1 Origem e descrição do Projeto

No ano de 1990, o departamento nacional do SESC, toma conhecimento de um trabalho realizado entre diferentes faixas etárias, em especial a criança, o adolescente e o idoso, coordenado pela psicóloga Geneviève Vaucher, que atuava na Fundação Nacional de Gerontologia de Paris.

Este trabalho, que já era realizado há dez anos tanto na França como na África, fundamentou-se em estudos científicos e inovadores, cuja proposta era estimular as relações intergeracionais, quebrando preconceitos e mitos existentes entre essas diferentes faixas etárias.

O Projeto, que teve apoio do Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), tinha como eixo condutor a literatura infanto-juvenil, visto que nos últimos anos apresentava-se um grande número de livros em que traziam o idoso como herói das histórias. Desta forma, usava-se a literatura como um dos meios para a aproximação e integração entre essas gerações, desmistificando a idéia que associa idoso à “velho e inútil”.

Ao obter conhecimento dos resultados positivos dessa experiência, juntamente com as bases metodológicas do projeto realizado pela psicóloga, a equipe do departamento Nacional do SESC começa a construir os métodos para a implantação de um projeto intergeracional nos departamentos Regionais, levando em consideração os aspectos favoráveis para a efetivação do mesmo, como a disponibilidade de recursos humanos, número considerável de idosos e

crianças atendidos nas unidades da Instituição e o próprio espaço físico apropriado. A Instituição apresentava portanto, todas as condições para experimentar o exercício dessa nova prática.

A proposta, adaptada à realidade brasileira pelos técnicos da Coordenadoria de Acompanhamento e Prestação de Serviço (CAPS), era que esse trabalho tivesse o nome de **Projeto Era uma vez... Atividade Intergeracionais**, entitulado assim pela referência não apenas à literatura infanto-juvenil, móvel do trabalho, como também à sua metodologia, que torna presente a pessoa idosa, por meio do hábito de muitos avós contarem histórias aos seus netos, criando e fortalecendo os vínculos afetivos.

A metodologia de desenvolvimento do Projeto foi construída de acordo com os parâmetros técnicos do SESC, passível de mudanças provocadas pela necessidade de adequação às situações específicas de cada Departamento Regional. Estimular as relações intergeracionais e a quebra de preconceitos referentes ao idoso, tendo as histórias infantis como instrumento de intermediação desse processo, era o desafio a que o projeto se propunha.

A implantação do Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais se deu no ano de 1993, primeiramente nos Departamentos Regionais do Pará, Ceará e Santa Catarina. A metodologia foi sendo reformulada de acordo com as necessidades e realidade de cada região, sendo aprovadas pelos DRs e DN.

Desenvolver atividades psicopedagógicas, sociais e culturais, utilizando a literatura como elemento condutor no processo de sensibilização à fase do envelhecimento, eram as principais metas do Projeto.

No ano de 1999, o SESC realizou um treinamento que tinha por objetivo capacitar os profissionais para implantar o Projeto em outros Departamentos Regionais, como Amapá,

Barra da tijuca (RJ), Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Atualmente, o Projeto Era Uma Vez vem sendo desenvolvido em sete Departamentos Regionais do SESC: Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia e Rondônia.

O SESC de Santa Catarina tem se destacado na realização do Projeto Era Uma Vez..., além de Florianópolis, as unidades de Blumenau, Chapecó, Criciúma e Laguna também executam o Projeto.

O Projeto Era Uma Vez... tem por objetivo geral oportunizar a construção do saber e a troca de experiências, através das relações interpessoais, estimulando o convívio entre as gerações: idoso crianças e adolescentes. E como objetivos complementares à este principal, procura criar a reflexão quanto à velhice e o processo de envelhecimento; ampliar as relações familiares e sociais, resgatar a preservação da memória; romper com o isolamento social do idoso; criar vínculos afetivos e de solidariedade mútuos e propiciar a participação em atividades culturais, pedagógicas e recreativas.

A participação no Projeto proporciona aos integrantes do grupo, sejam eles crianças adolescentes ou idosos, a criação de uma rede de relacionamentos que favoreçam atitudes de solidariedade, proporcionando maior autonomia e independência.

A duração do Projeto Era Uma Vez é de aproximadamente dez meses (PLANESC, 1993, p.8) e fazem parte crianças e/ou adolescentes de sete à doze anos e idosos que participam de outras atividades no SESC. As atividades são realizadas semanalmente de forma sistemática, com duração de duas horas. A partir da leitura do livro com os integrantes do grupo, são propostas atividades, dinâmicas e brincadeiras que proporcionem a integração e a

reflexão quanto aos objetivos do Projeto. Essas atividades darão origem a uma produção cultural, que deve ser exposta ao final do Projeto.

Cabe ao Departamento Nacional a responsabilidade pela aquisição dos livros infanto-juvenis bem como os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do Projeto.

O Projeto Era Uma Vez tem um caráter interdisciplinar, sendo suas ações planejadas e desenvolvidas por diferentes profissionais. No Centro de Atividades de Florianópolis (CAF), a equipe interdisciplinar atualmente é composta por uma assistente social, uma bibliotecária e uma estagiária de Serviço Social.

Para compreender a dinâmica do Projeto bem como as atividades que são desenvolvidas é necessário entender o processo de trabalho do Serviço Social nesse contexto e sua articulação com as demais componentes dessa equipe interdisciplinar, o que será contemplado no tópico que segue.

3.2 O Processo de Trabalho do Serviço Social no Projeto Era Uma Vez

O Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais foi desenvolvido no CAF durante período de junho à dezembro de 2003, sendo acompanhado em todos os momentos pela estagiária de Serviço Social.

A formação do grupo se deu através de contatos com a escola Celso Ramos e com os idosos participantes de atividades no SESC. Desta forma o Projeto realizou-se com uma turma de quatorze alunos que cursavam a terceira série da referida escola, juntamente com uma professora responsável e três idosos participantes de outras atividades no SESC.

Os encontros aconteceram nas quintas feiras, das 13:30h às 15:30h, nas dependências do SESC (salas, Cine Teatro, Ginásio de Esportes), salvo em atividades especiais, como passeios.

A literatura usada como eixo condutor foi o livro *Guilherme Augusto Araújo Fernandes*¹³, história de um menino que morava ao lado de um asilo. Tendo o hábito de visitar os idosos que residiam naquela instituição, o pequeno Guilherme torna-se amigo de muitos moradores do local. A história traz a perspectiva e a possibilidade de uma relação de respeito, amor e solidariedade entre essas diferentes gerações, criança e idoso.

No decorrer do processo de efetivação do Projeto, percebeu-se que as crianças puderam obter um maior entendimento e informação quanto a possibilidade e alegria de se fazer amigos com grandes diferenças etárias.

As atividades realizadas nos encontros eram, sempre que possível, planejadas tanto pelo Serviço Social quanto pela biblioteconomia, embora a bibliotecária ficasse mais envolvida com a parte literária e as formas de participação no momento da contação de história. A importância de se preparar e organizar bem a ação é indispensável, por isso o planejamento deve ser feito antes de executar qualquer que seja a ação. Segundo Barbosa (1990, p.29), o planejamento é uma operação de escolhas e de alternativas, o que inclui decisões respaldadas num máximo de acerto e num mínimo de erros, determinações de meios, prazos e metas”.

Para melhor compreender o processo de trabalho realizado com essas diferentes faixas etárias, é necessário que se entenda o conceito de intergeracionalidade adotado pela Instituição, que significa o “intercâmbio de vivências e experiências estabelecido mediante o convívio entre gerações” (SESC/DN, 1999, p.01).

As atividades intergeracionais tornam-se veículos sociais que criam intercomunicações poderosas e contínuas de aprendizagem entre o idoso e as gerações mais novas. Estas atividades aumentam a interação e cooperação entre as duas gerações envolvendo a partilha de competências, conhecimento e experiências.

A partir das definições de intergeracionalidade é que os profissionais envolvidos direcionaram suas ações e caracterizaram atribuições específicas para as áreas de atuação.

Sendo a literatura infanto-juvenil o elemento norteador do Projeto, torna-se evidente a importância e especificidade da intervenção profissional da bibliotecária. Esta coordena as metodologias desenvolvidas para a contação de histórias, buscando sempre a integração grupal e promove a motivação dos integrantes para o hábito da leitura.

Embora existam atribuições específicas para os profissionais que desenvolvem as atividades, o Projeto tem um caráter interdisciplinar, devendo assim ser planejado e acompanhado em todos os momentos por essas diferentes áreas de atuação.

Segundo Fazenda (2000), a interdisciplinaridade coloca-se como um encontro que pode ocorrer entre seres, em um certo fazer, a partir da direcionalidade da consciência, pretendendo assim compreender o objeto e com ele se relacionar. O método interdisciplinar perpassa todos os elementos do conhecimento pressupondo a integração entre eles. Trabalha-la não é apenas fazer parte de uma equipe composta por profissionais de diversas áreas, mas estar sempre trocando informações sobre os conhecimentos individuais de cada ação profissional, isto é, estar sempre integrando idéias, concepção chave de interdisciplinaridade.

O processo de Trabalho do Serviço Social no Projeto Era Uma Vez se dá principalmente no sentido de articular com as demais profissionais atividades a serem

¹³ COSTA, Sonia da. **Guilherme Augusto Araújo Fernandes**. ed. abril. São Paulo, 1999.

realizadas objetivando a criação de meios para as transformações sociais, quebra de preconceito e o diálogo entre as gerações.

As transformações sociais ocorrem principalmente quando há um espaço para o conhecimento e reflexão de uma determinada temática. Segundo Borges (2000, p.37), essa transformação “exige dois momentos: primeiro a descoberta do novo sentido, e segundo, trabalhar com o novo a partir daquilo que se descobriu”.

Para analisar as transformações ocorridas pelos integrantes no decorrer do Projeto, o profissional de Serviço Social usa como um dos instrumentais a observação. Segundo Seltiz (1967, p.29), “a observação é uma técnica de levantamento de dados que dá importância às situações naturais [...] É um método utilizado para compreender uma organização ou situação específica”. É evidente que a transformação não se dá por total nos encontros do Projeto, mas é ali que se inicia este processo. A oportunidade de valorização de ambas as gerações acontece durante toda a vida, mas acredita-se que através do convívio entre essas gerações no Projeto Era Uma Vez esse processo de transformação torna-se mais eficaz.

O profissional de Serviço Social também deve estabelecer novas perspectivas para os participantes e mostrar através de abordagens sobre temáticas sociais e interpessoais, os benefícios mútuos que a intergeracionalidade traz à eles e à sociedade em geral. O assistente social precisa enfatizar a viabilização de formas que oportunizem o diálogo entre essas diferentes faixas etárias. Para Both (1999, p.38), “o diálogo entre as gerações proporciona um diálogo entre as culturas trazidas por essas gerações, fazendo parte da humanização”. Os idosos repassam aos mais novos seus valores e sentimentos, o mesmo ocorrendo com os mais novos em relação aos idosos.

Portanto, o diálogo intergeracional proporciona o respeito, o bom senso e a abertura à mudanças, o que conduz à transmissão e compreensão recíproca de valores humanos. Nestas

idosos repassam aos mais novos seus valores e sentimentos, o mesmo ocorrendo com os mais novos em relação aos idosos.

Portanto, o diálogo intergeracional proporciona o respeito, o bom senso e a abertura à mudanças, o que conduz à transmissão e compreensão recíproca de valores humanos. Nestas conversas surge o tema sobre as novas tecnologias e os meios que podem afastar essas gerações. Os meios de comunicação (internet, vídeo-game, televisão) e a própria dinâmica familiar existentes na sociedade hoje podem induzir ou facilitar o distanciamento entre essas gerações.

As tecnologias podem tornar-se um elo ainda maior para a troca de informações entre essas gerações e não uma barreira entre elas. A criança passa as informações desse novo mundo e o idoso preserva a identidade cultural por meio das gerações mais novas.

Para a execução dos objetivos do Projeto, a estagiária de Serviço Social juntamente com a assistente social e a bibliotecária usou muitas dinâmicas de grupo, que objetivavam o despertar do interesse de ambas gerações para as temáticas bem como permitir momentos agradáveis, de maior integração, motivação e reflexões quanto à questão da velhice e do envelhecimento.

Para o profissional de Serviço Social, ser um facilitador desses encontros se constitui numa intervenção voltada para a valorização do idoso e ao exercício da cidadania através da convivência. A dinâmica de grupo torna-se um instrumento chave para o processo de integração e reflexão de ambas gerações. Independentemente das suas metas específicas (aprendizagem, desenvolvimento pessoal, gestão de equipes, reuniões de trabalho, entre outras) as dinâmicas contribuem definitivamente para facilitar e aperfeiçoar a ação dos grupos, em virtude do seu poder de ativação dos impulsos, motivações individuais e de estimulação coletiva.

Passeios, brincadeiras, aplicação de questionários para ter a percepção do grau de entendimento quanto a relação criança, adolescente e idoso e visitas às casas de repouso também são estratégias usadas para o desenvolvimento do Projeto. Nessas visitas, além de conversar com os idosos, os integrantes do grupo apresentam alguma produção cultural, que no ano de 2003, resultou numa apresentação musical e na interpretação teatral do Livro *Guilherme Augusto Araújo Fernandes*. No encerramento do Projeto, foi realizado no Cine Teatro do SESC, a apresentação da produção cultural para os pais e familiares dos integrantes do Projeto.

Ao trabalhar com essas diferentes gerações, o assistente social deve integrar conhecimentos teóricos de outras áreas em que se insere essa temática, como a psicologia, história, animação sócio-cultural, pedagogia e a literatura, para assim compreender o trabalho intergeracional em um contexto mais amplo. Segundo Rodrigues (2000), a transdisciplinaridade requer eficácia dialógica, abertura para escutar o que se passa em outras esferas do conhecimento, mesmo mantendo divergências de posicionamentos, pois é impossível saber-se tudo, dominar todos os ângulos de uma investigação.

Percebe-se que as atividades intergeracionais trazem abordagens específicas para o campo de atuação do Serviço Social. Os projetos de intergeracionalidade devem partir da ideia de que o segmento criança/adolescente e idoso são cidadãos de direitos. Por isso esta temática deve ser encarada como fator de promoção da inclusão social e espaço para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível compreender que o trabalho intergeracional é um valioso meio para a inclusão social da criança, adolescente e principalmente dos idosos, pois como foi apontado no trabalho, tem sido alvo de discriminação, exclusão e descaso.

A sociedade hoje se encontra num ritmo extremamente rápido de mudanças e transformações sociais. É a era da globalização¹⁴. Um tempo de excesso de consumo, em que a velocidade das informações chega à diferentes pontos do mundo quase que instantaneamente. Novo tempos, novas tecnologias, e conseqüentemente novos processos sociais. Daí a importância de se trabalhar com um conjunto de sujeitos sociais, que coletivamente vão criando espaços alternativos de atuação como forma de enfrentamento e busca de soluções aos problemas gerados pelo processo de globalização.

A conquista e o exercício da cidadania inclui uma consciência de pertença enquanto membros de uma coletividade, num Projeto que inclui, predominantemente atividades sociais, lúdicas, recreativas, mas que principalmente oportuniza um espaço para a interação entre gerações, numa rede de solidariedade.

É nessa perspectiva que foi possível analisar e mencionar a importância do processo de trabalho do Serviço Social junto ao Projeto era Uma Vez...Atividades Intergeracionais. Além de criar meios para a promoção das transformações sociais através do despertar de uma consciência crítica, o profissional trabalha como mediador nas relações entre as diferentes faixas etárias.

Os projetos de intergeracionalidade devem partir da idéia base de que todos, independente de sua idade, são cidadãos de pleno direito, e por isso devem ser trabalhados sob

essa ótica. Desta forma, a convivência entre as gerações no Projeto Era Uma Vez, oportuniza o conhecimento e preservação da cultura trazida pelos mais velhos. Conforme consta na PNI “deve-se promover e valorizar o registro da memória e transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e identidade cultural” (art.10º parágrafo VII).

Com o estudo para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, foi desencadeado um processo de entendimento e aprimoramento das formas de intervenção profissional. As dinâmicas grupais são muito válidas neste processo. Porém, fica claro que o facilitador, ao aplicar qualquer que seja a técnica, deve estar munido de conhecimento teóricos, práticos e metodológicos, tendo ainda em mente que o resultado não depende somente dele. Segundo Beauvoir (1990, p.61), as técnicas devem consistir em

Instrumentos a serem utilizados de forma complementar e de apoio e não enquanto objeto ou objetivo único. A sua caracterização dependerá não só do técnico que as implemente (como, quando ou em que circunstâncias), mas também do investimento e características dos participantes, bem como do clima e dinâmicas geradas no grupo a montante e durante sua aplicação, acoplada à sua respectiva discussão e integração.

Ao planejar e executar suas ações, o profissional deve considerar e compreender a diversidade sócio-cultural das questões intergeracionais, para que assim possa haver respeito mútuo. Considera-se essencial que o assistente social possa ser um profissional reflexivo, com capacidades auto-críticas e atento às transformações decorrentes deste processo.

As crianças e adolescentes, ao participarem do Projeto Era Uma Vez...Atividades Intergeracionais, puderam desenvolver e expressar melhor suas idéias, perdendo a timidez. O relacionamento com as pessoas idosas fez com estas crianças e adolescentes entendessem que elas também são capazes de ensinar algo para o idoso, assim como aprender com ele.

¹⁴ ibidem

Há uma necessidade de se articular cada vez mais as parcerias para o desenvolvimento e sucesso do Projeto, pois as atividades intergeracionais devem ultrapassar os limites institucionais.

O trabalho para mobilizar e despertar o interesse das pessoas idosas à participarem do Projeto deve ser mais efetiva, pois percebeu-se que poucos idosos se inscreveram.

Desta forma, sugere-se que a promoção do trabalho intergeracional possa ser realizada com crianças e idosos da comunidade em geral, abrindo assim possibilidades para maior participação, garantia do exercício da cidadania e construção de uma ideologia, pautada na valorização do idoso, da criança e do adolescente como sujeitos ativos e propositivos.

REFERENCIAS

AÇÃO FINALÍSTICA. Disponível em: < [http:// www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br) > acesso em: 16 maio. 2004.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, Arlei Souza. **O convívio intergeracional: como meio de transformação social**. Trabalho de conclusão de Curso: UFSC. Florianópolis, 2000.

BRASIL. **Constituição** : 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 4/93 e pelas Emendas Constitucionais L. Ed. atual. em nov. de 2000. Brasília, D.F.: Senado Federal, 2000.

CESAR, Mônica de Jesus. **A experiência do Serviço Social nas Empresas**. In. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, UNB – CEAD/CFESS/ABEPS. 1999. Módulo II.

Conselho Regional de Serviço Social 12^a Região (SC). **Coletânea de Leis** – 2^a ed. Santa Catarina: CRESS, 2001.

DEMO, Pedro. **Desenvolvimento e Política Social**: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: 1978.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Florianópolis: IOESC, 1995

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade**: historia, teoria e pesquisa. 5ed. Campinas: Cortes, 2000.

FERNANDES, Flávio da Silva. **Política Para a 3^a idade nos anos 90**: “O idoso na sociedade atual”. Seminário Nacional. Associação Nacional de gerontologia. Brasília, 1989.

FRAIMAN, Ana Pervein. **Coisas da idade**. 2ed. São Paulo: (s.n.), 1991.

FOX, Mem. **Guilherme Augusto Araújo Fernandaes**. Tradução de Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-Book, 1995.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: dimensões teórico-ético-políticas. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IDOSO. Disponível em: < <http://www.idoso.sc.gov.br> > acesso em: 2 jun. 2004.

KONOPKA, Gisela. **Serviço social de grupo**: um processo de ajuda. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARTINS, Gislaine. **“Idoso cidadão de Direitos”**: uma estudo exploratório de atendimento ao idoso no município de São José. Trabalho de Conclusão de Curso: UFSC. Florianópolis, 2003.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudança na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In. **Revista Serviço Social e Sociedade** (53). São Paulo: 1996, p.105-125.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência Social**: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 1996.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder: um histórico da legislação para a Infância no Brasil. In. PILLOTTI, Francisco & Rizzini, Irene (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das Políticas Sociais da legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Trabalho com Grupos e o Serviço Social**. 3ed. São Paulo: Moraes, 1981.

SALGADO, Marcelo Antônio. **Velhice, uma nova questão social**. 2 ed. São Paulo: SESC – CETI, 1992.

SHTDS, **Terceira Idade, Escola da Vida**: Lei dos Idosos – municipal, estadual e Federal. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

SELLTIZ, JOHODA, DUTSCH ,COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Trad. Leite D.M. São Paulo: Herder, 1967.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Boletim Informativo**, nº02, maio, 999.
_____. Relatório anual/SC. Florianópolis: SESC, 1999.

SESC. Disponível em: < [http:// www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br) > acesso em: 16 maio. 2004.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. 2ed. Petrópolis:Vozes, 1983.

VELHICE ou terceira idade: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundacao Getulio Vargas, 1998.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Historia do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.